



PROCESSO Nº _____
FLS. _____ RUBRICA _____

Ata Complementar Julgamento de Habilitação – Chamamento Público 001/2024

Aos dezoito dias do mês de novembro do ano de dois mil e vinte e quatro, às 10:00 horas à Rua Coronel Madureira, nº 77 – Centro – Saquarema – RJ – Sala de Pregão Eletrônico, reuniu-se o Agente de Contratação Guilherme Vinícius e Castro Silva da Silveira, estando presentes os demais membros da equipe de apoio: Suzana Papagiani Mikaloski e Simone Fernandes do Nascimento, nomeados através da Portaria Nº 1.232 de 16 de agosto de 2024 para julgamento do Processo nº 11.079/2024, Chamamento Público Presencial 001/2024, que tem por objeto a **AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS DA AGRICULTURA FAMILIAR, ATRAVÉS DE CHAMAMENTO PÚBLICO, CONFORME CONDIÇÕES, QUANTIDADES, EXIGÊNCIAS E ESTIMATIVAS, ESTABELECIDAS NESTE TERMO DE REFERÊNCIA PARA COMPOR A MERENDA ESCOLAR DAS UNIDADES DE ENSINO – CRECHE, PRÉ-ESCOLAR, ENSINO FUNDAMENTAL E EJA – DURANTE O ANO DE 2024 DO MUNICÍPIO DE SAQUAREMA/RJ**. Reuniu-se o agente com a equipe de apoio para complementar a ata de julgamento da habilitação dos proponentes, conforme ata de julgamento de habilitação datada de onze de novembro de dois mil e vinte e quatro. O Agente de Contratação iniciou a reunião explicando os fundamentos das inabilitações com base na legislação vigente, destacando o princípio da legalidade estabelecido nos artigos 5º, inciso II, e 37 da Constituição, a Resolução nº 6/2020 do FNDE, e a Lei nº 14.133/2021. As inabilitações estão amparadas pelo princípio da legalidade constitucional. A Constituição, no art. 5º, inciso II, assegura ao cidadão a liberdade de agir dentro dos limites da lei, enquanto o art. 37 estabelece que os agentes públicos só podem atuar onde há permissão legal. Neste caso, a legalidade exige que as cooperativas atendam aos requisitos do edital e apresentem a documentação de forma completa e válida. Além disso, verificou-se a previsão de saneamento na Resolução nº 6/2020 do FNDE, o §4º do art. 36 prevê que, em caso de desconformidade ou ausência de algum documento, a entidade executora pode conceder prazo para a regularização, desde que isso esteja previsto no edital. Entretanto, o edital não prevê essa regularização de documentos. A Lei nº 14.133/2021, no entanto, prevê a possibilidade de diligência no art. 64, permitindo a complementação de informações já apresentadas, desde que a validade jurídica dos documentos não seja alterada e seja necessária para apurar fatos à época da abertura do certame. Foram expostas as quatro situações de inabilitação identificadas:

1. Documentos incompletos: Cooperativas: 1) AGRO VERDE COOPERATIVA DE PRODUTORES RURAIS LTDA; 2) COOPAFO – COOPERATIVA DE PESCADORES E AGRICULTORES FAMILIARES ORGANIZADOS e 3) COOPERATIVA DA AGRICULTURA FAMILIAR DA REGIÃO DOS LAGOS - COOPALAGOS apresentaram



PROCESSO Nº _____
FLS. _____ RUBRICA _____

documentos com ausência de páginas essenciais, incluindo a primeira página com número de protocolo e hash de verificação junto à JUCERJA, impossibilitando a verificação de autenticidade.

2. Ausência de Documentos: 1) COOPERATIVA REGIONAL DOS TRABALHADORES APÍCOLAS ASSENTADOS E ASSENTADAS DA REFORMA AGRÁRIA – COOPERAMEL LTDA e 2) COOPERATIVA CENTRO LITORÂNEA deixaram de apresentar documentos essenciais para habilitação.
3. Certidões vencidas: 1) ASSOCIAÇÃO DE AGRICULTORES FAMILIARES DE ITABORAÍ E MUNICÍPIOS VIZINHOS – AGRIFAMI; 2) COOPERATIVA DE AGRICULTORES E AGRICULTORAS DO RIO PARDO – COOPARIO e 3) COOPERATIVA DOS AGRICULTORES FAMILIARES E EMPREENDEDORES FAMILIARES RURAIS COPAFER apresentaram certidões fora do prazo de validade na data de abertura da proposta, o que invalida esses documentos e, portanto, também justifica a inabilitação.
4. Divergência de informações: ASSOCIAÇÃO DPS CITRICULTORES E PRODUTORES RURAIS DE TANGUÁ apresentou DAP com divergências entre os dados apresentados e os registrados no site oficial da DAF sobre o número de cooperados ativos e validade do documento. Ao consultar o site emissor da DAF, verificou-se que o número de cooperados ativos divergia do informado no documento, o que impacta a veracidade da proposta apresentada, resultando igualmente em inabilitação.

Diante das normas, o agente destacou a impossibilidade de regularização de documentos após a entrega, exceto nos casos de diligência permitidos pelo art. 64 da Lei nº 14.133/2021, para complementação de informações dos documentos já apresentados. Diante do exposto o agente tomou as seguintes decisões:

1. Será concedido o prazo de um dia útil, até 19 de novembro de 2024, para que as cooperativas com documentos incompletos apresentem as folhas faltantes para verificação de autenticidade. Sendo elas 1) AGRO VERDE COOPERATIVA DE PRODUTORES RURAIS LTDA; 2) COOPAFO – COOPERATIVA DE PESCADORES E AGRICULTORES FAMILIARES ORGANIZADOS e 3) COOPERATIVA DA AGRICULTURA FAMILIAR DA REGIÃO DOS LAGOS – COOPALAGOS. Para esta regularização deverão encaminhar os documentos completos para o endereço eletrônico licitacao@saquarema.rj.gov.br
2. Será Mantida a inabilitação das cooperativas que não apresentaram documentos essenciais e com divergências de informações, conforme item 8.2 do edital.



PROCESSO Nº _____
FLS. _____ RUBRICA _____

3. As cooperativas com certidões vencidas poderão regularizar apenas em caso de comprovação de enquadramento de receita anual limitada a R\$ 4.800.000,00, nos termos da Lei Complementar nº 123/06.
4. Esta ata deverá ser enviada para o portal da transparência do Município de Saquarema e encaminhada ao correio eletrônico de todos os cooperados.

Não havendo mais a acrescentar foi encerrada a sessão às 12:04 horas, da qual eu Guilherme Vinicius e Castro Silva da Silveira, lavrei a presente ata que vai assinada por mim e pela equipe de apoio.

Guilherme Castro
Agente de Contratação

Suzana Papagiani Mikaloski

Simone Fernandes do Nascimento